

Nível de atividade

O cenário de expansão da demanda interna, delineado no último “Relatório de Inflação”, vem sendo ratificado, nos últimos meses, pela evolução de diversos indicadores. Nesse sentido, assinala-se a aceleração das vendas no comércio, que cresceram a taxa superior a 7% no trimestre encerrado em outubro, seja em relação a igual trimestre de 2005 ou ao trimestre anterior, em termos anualizados; e a ampliação dos gastos com investimentos, evidenciando o desempenho favorável da construção civil e o volume crescente das importações de bens de capital.

O crescimento da atividade no terceiro trimestre ocorreu inteiramente sustentado pela demanda interna, refletindo o ciclo de flexibilização da política monetária, o aumento da renda e a estabilidade dos preços. O setor externo registrou contribuição negativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com a aceleração do volume das exportações mostrando-se insuficiente para neutralizar o aumento das importações.

O mercado de trabalho vivencia expressiva formalização do emprego, processo que aumenta a segurança do trabalhador, com desdobramentos favoráveis sobre os indicadores de confiança do consumidor e, em consequência, sobre as vendas do comércio varejista em geral.

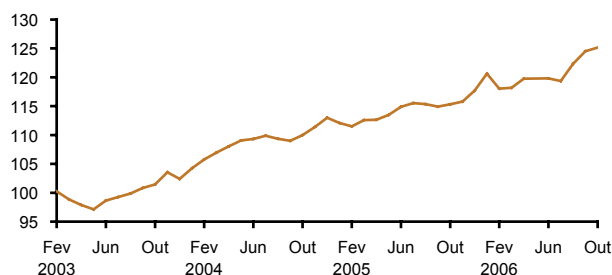
1.1 Vendas no varejo

A evolução dos indicadores do comércio varejista em 2006, no terceiro trimestre e no início do quarto, sugere a aceleração do crescimento das vendas. A continuidade da ampliação da renda real, as melhores condições de crédito e a evolução da confiança dos consumidores, em patamares recordes, delineiam perspectivas favoráveis para a continuidade dessa expansão nos próximos meses.

O Índice de Volume de Vendas no Varejo da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto

Gráfico 1.1 – Índice de volume de vendas no varejo – Total

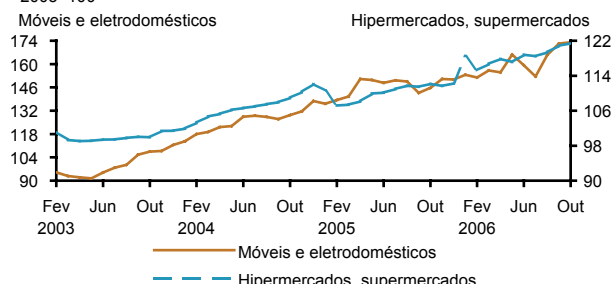
Dados dessazonalizados
2003=100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo – Segmentos selecionados

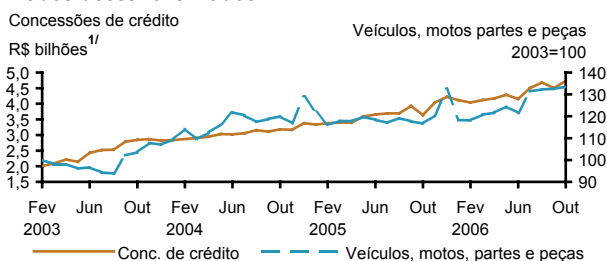
Dados dessazonalizados
2003=100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Índice de volume de vendas no varejo e concessões de crédito

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

1/ Operações de crédito a pessoa física com recursos livres, para aquisição de veículos, a preços de outubro de 2006.

Tabela 1.1 – Índice de vendas no varejo – Brasil

Outubro de 2006

Discriminação	Variação % acumulada no ano		
	Receita	Volume	Preços
Comércio varejista	7,3	5,9	1,3
Combustíveis e lubrificantes	3,6	-8,9	13,7
Hiper, supermercados	6,1	7,5	-1,3
Tecidos, vestuário e calçados	6,7	1,4	5,2
Móveis e eletrodomésticos	7,9	10,5	-2,3
Automóveis e motocicletas	7,3	6,5	0,8

Fonte: IBGE

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 3,6% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao trimestre encerrado em julho, considerados dados dessazonalizados. Registraram-se aumentos em todos os segmentos, com ênfase nas vendas de móveis e eletrodomésticos, 7%; combustíveis e lubrificantes, 2,6%; e tecidos, vestuário e calçados, 2,2%.

As vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças, explicitando as condições favoráveis do crédito e a confiança dos consumidores, cresceram 5,6%, na mesma base de comparação. A tendência de expansão das vendas desse segmento deverá ser mantida nos próximos meses, conforme sinaliza a evolução das vendas de veículos pelas concessionárias em novembro.

As vendas de material de construção apresentaram forte aceleração a partir de julho, registrando, em comparações com os mesmos períodos do ano anterior, crescimentos de 11,2% em julho, 12,1% em agosto, 13,5% em setembro e 15% em outubro. No primeiro semestre, as vendas desse segmento haviam recuado 0,7%, na mesma base de comparação.

Assinale-se que o índice geral do volume de vendas não incorpora os segmentos automóveis, motocicletas, partes e peças, e material de construção, justamente aqueles cujas vendas apresentaram maior dinamismo na base de comparação trimestral. Dessa forma, o indicador de comércio varejista ampliado, conceito que engloba todos os segmentos, registrou taxas de crescimento das vendas no varejo mais elevadas *vis-à-vis* o indicador geral, nessa base de comparação (ver boxe "Comércio Varejista – Geral e Ampliado", na página 15).

A receita nominal de vendas cresceu 7,3% nos primeiros dez meses do ano, em relação ao mesmo período de 2005, resultado de aumentos de 5,9% no volume e de 1,3% nos preços. À exceção de combustíveis e lubrificantes, e tecidos, vestuário e calçados, a evolução dos preços de todos os segmentos situou-se abaixo da inflação média do período, de 4,4%, registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), evidenciando relativa estabilidade nos preços dos bens finais.

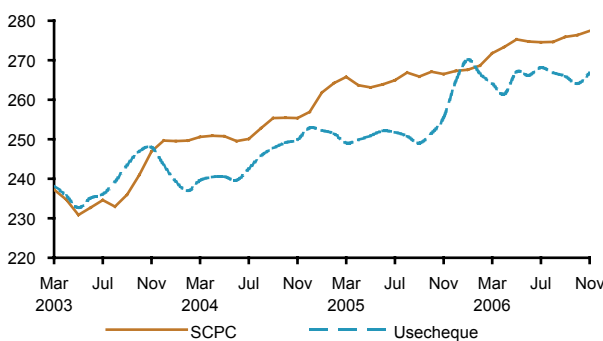
As vendas no varejo elevaram-se em todas as 27 unidades da Federação pesquisadas pelo IBGE, no trimestre encerrado em outubro, em relação ao período maio-julho, conforme dados dessazonalizados. As maiores elevações ocorreram no Acre, 13,3%; em Alagoas, 12,9%; em Rondônia, 6,2%; e na Paraíba, 6,1%. A continuidade de crescimento em patamar mais elevado nos estados das

Tabela 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo

Discriminação	Variação percentual				
	2006				
	Jun	Jul	Ago	Set	Out
No mês^{1/}					
Comércio varejista	0,0	-0,4	2,5	1,8	0,5
Combustíveis e lubrificantes	-0,1	-0,3	3,6	-0,8	-0,6
Hiper, supermercados	1,5	-0,3	0,8	1,2	0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-1,9	0,2	1,7	3,0	-2,9
Móveis e eletrodomésticos	-3,8	-4,2	8,4	4,1	0,5
Automóveis e motocicletas	-2,3	8,1	0,7	0,2	0,7
Trimestre/trimestre anterior^{1/}					
Comércio varejista	0,7	0,8	1,0	1,9	3,6
Combustíveis e lubrificantes	-4,6	-3,0	-0,1	1,6	2,6
Hiper, supermercados	1,0	1,3	1,4	1,4	2,1
Tecidos, vestuário e calçados	-0,9	-0,7	-0,5	0,9	2,2
Móveis e eletrodomésticos	4,0	3,1	0,1	2,1	7,0
Automóveis e motocicletas	2,9	4,7	5,0	7,8	5,6
No ano					
Comércio varejista	5,7	5,1	5,3	5,8	5,9
Combustíveis e lubrificantes	-10,0	-10,0	-9,6	-9,2	-8,9
Hiper, supermercados	7,6	7,2	7,2	7,6	7,5
Tecidos, vestuário e calçados	2,9	1,6	1,6	1,7	1,4
Móveis e eletrodomésticos	9,1	7,9	8,3	9,6	10,5
Automóveis e motocicletas	1,8	3,8	4,7	5,3	6,5

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.4 – Indicadores de comércio varejista
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

Fonte: ACSP

Tabela 1.3 – Indicadores de inadimplência

Discriminação						%
	2006					Ano ^{1/}
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Cheques devolvidos^{2/}						
Brasil	6,3	6,2	6,1	6,2	...	6,5
Norte	9,1	9,1	9,2	9,8	...	9,7
Nordeste	8,8	8,5	8,4	9,0	...	9,2
Sudeste	5,8	5,7	5,6	5,6	...	6,0
Centro-oeste	7,2	7,0	6,9	7,1	...	7,5
Sul	5,9	5,9	5,9	5,9	...	6,2
SCPC (SP) ^{3/}	3,9	5,6	5,1	6,1	5,3	5,9

Fonte: Banco Central do Brasil e ACSP

1/ Média no ano.

2/ Cheques devolvidos por insuficiência de fundos/cheques compensados.

3/ [Novos registros (-) registros cancelados]/[consultas realizadas (t-3)].

regiões Norte e Nordeste está associada, em parte, ao maior impacto na renda dos consumidores do aumento do salário mínimo e dos programas assistenciais.

Outros indicadores relacionados ao comércio confirmaram a tendência de expansão das vendas no varejo, com destaque para as vendas de bens duráveis. As vendas de veículos pelas concessionárias, divulgadas pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), cresceram 2,9% no trimestre finalizado em novembro, comparativamente ao trimestre encerrado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados. Registre-se que as vendas de automóveis no mercado doméstico acumuladas até novembro atingiram o maior patamar já registrado.

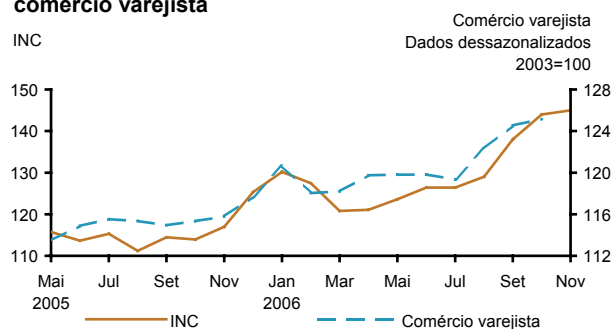
Indicadores do desempenho varejista no estado de São Paulo sugerem aumento das vendas de maior valor e acomodação em patamar elevado daquelas de valor unitário menos representativo. No trimestre encerrado em novembro, o número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), indicador de compras a prazo e de maior valor agregado, divulgado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), registrou elevação de 1%, em relação ao trimestre encerrado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados. O Usecheque, indicador de compras à vista e de menor valor, apresentou estabilidade, nessa mesma base de comparação. No acumulado do ano, aumentaram tanto as consultas ao Usecheque, 5,7%, como as realizadas junto ao SCPC, 3,5%.

Os indicadores de inadimplência, medida pelo número de cheques devolvidos, mantiveram-se estáveis no terceiro trimestre de 2006 e apresentaram redução no início do quarto trimestre, em relação aos níveis observados em períodos correspondentes do ano anterior. O patamar atual da inadimplência segue consistente com a robustez das vendas no varejo e revela tendência de queda em relação a 2005, em todas as regiões do País. Assim, a relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados no País atingiu 6,2% em outubro, ante 6,4% no mesmo mês de 2005.

Estatísticas da ACSP para novembro indicaram queda da inadimplência em relação ao mês anterior e elevação em relação ao mesmo período de 2005. Nos primeiros onze meses do ano, a taxa média da inadimplência situou-se em 5,9%, ante 5,6% no mesmo período de 2005. A taxa líquida alcançou 5,3% em novembro, ante 6,1% em outubro e 4,6% em novembro de 2005. O aumento do percentual é explicado, em parte, pela redução no ritmo de cancelamentos

do cadastro de inadimplentes, sinalizando que o esforço de quitação de débitos, observado no terceiro trimestre, está cedendo espaço a novos gastos de consumo.

Gráfico 1.5 – Índice Nacional de Confiança e comércio varejista

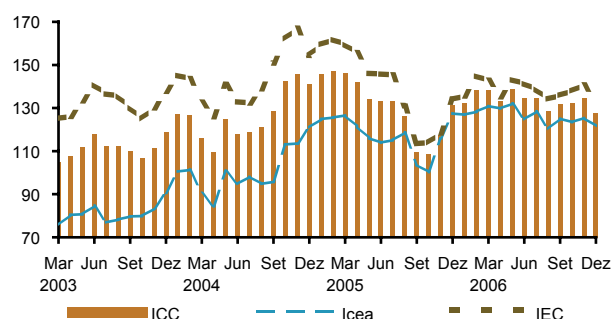


Fonte: ACSP e IBGE

As pesquisas destinadas à avaliação das expectativas dos consumidores, em linha com a aceleração no volume de vendas registrada pela PMC, apresentaram resultados favoráveis nos últimos meses, traduzidos em patamares recordes dos índices nacionais. O Índice Nacional de Confiança (INC), divulgado pela ACSP, atingiu 145 pontos em novembro, em uma escala que varia de zero (pessimismo absoluto) a 200 (otimismo absoluto). O resultado é o maior da série, iniciada em abril de 2005, confirmando o otimismo do consumidor no final do terceiro trimestre e no início do quarto. Regionalmente, o INC apresentou crescimento generalizado, em especial no Nordeste. A decomposição do índice evidencia o crescimento generalizado da confiança do consumidor, em especial na manutenção do emprego.

O Índice Nacional de Expectativas do Consumidor (Inec), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com base em pesquisa realizada entre 9 e 11 de setembro, também se elevou no terceiro trimestre de 2006, superando o recorde anterior da série, em junho de 2003, em 4,1%. Adicionalmente, o Inec registrou aumentos de 5,5% em relação ao trimestre encerrado em junho e de 11,6% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Todos os indicadores que compõem o Inec aumentaram, seja na comparação com a última pesquisa, realizada em junho, seja na comparação com o mesmo período de 2005. Os indicadores referentes à satisfação com a vida, à segurança no emprego e à expectativa de renda atingiram patamares recordes para a série, refletindo as condições favoráveis do mercado de trabalho.

Gráfico 1.6 – Índice de Confiança do Consumidor



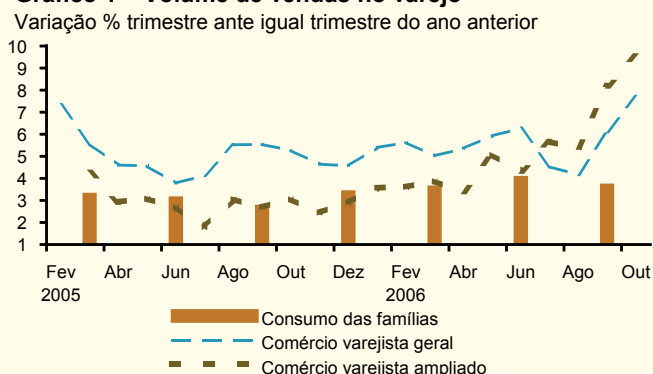
Fonte: Fecomercio SP

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentou aumento mensal de 0,9% em novembro, atingindo o segundo maior valor da série, inferior apenas ao de janeiro deste ano.

O ICC divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) e relativo à Região Metropolitana de São Paulo apresentou comportamento distinto dos outros indicadores, registrando queda de 5,1% em dezembro, em relação ao mês anterior. Considerados seus componentes, o Índice de Expectativas do Consumidor (IEC), que representa 60% do índice geral, caiu 6,4%, e o Índice de Condições Econômicas Atuais (ICEA), que representa o restante do índice geral, 3%.

Comércio Varejista – Geral e Ampliado

Gráfico 1 – Volume de vendas no varejo



Fonte: IBGE

As vendas no comércio varejista até outubro de 2006 apresentaram ritmo de crescimento superior ao da produção da indústria e da agropecuária. A expansão das vendas no varejo não esteve restrita a itens mais sensíveis à renda e ao emprego: estendeu-se também àqueles cuja dinâmica é mais relacionada ao crédito. Nesse sentido, os segmentos material de construção e veículos, motocicletas partes e peças destacaram-se nos últimos meses, contribuindo para que o comércio varejista ampliado apresentasse taxas de crescimento ainda mais elevadas do que o comércio varejista estrito. Vale destacar que a série de comércio varejista ampliado mostrou melhor aderência ao componente Consumo das Famílias, do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas com discrepância no terceiro trimestre de 2006.

A Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada pelo IBGE, passou a ter abrangência nacional a partir de 2000, quando começou a produzir indicadores de volume desagregados em seis grupos de atividades: combustível e lubrificantes; hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos; tecidos, vestuário e calçados; móveis e eletrodomésticos; veículos, motos, partes e peças; e demais artigos de uso pessoal e doméstico. Em janeiro de 2004, o segmento demais artigos de uso pessoal e doméstico foi desagregado nas seguintes atividades: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; equipamentos e materiais para escritório, informática e de comunicação; livros, jornais, revistas e papelaria; e outros artigos de uso pessoal e doméstico. No mesmo mês de 2004, passou a ser divulgada a série de índices do comércio varejista ampliado, baseada em nova pesquisa e incorporando aos índices do comércio varejista geral as atividades no ramo de veículos,

motocicletas, partes e peças e de material de construção.

Tabela 1 – Vendas no varejo

Discriminação	Pesos ^{1/}		Variação (%) trimestre ante igual trimestre do ano anterior						
			2006						
			Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Combustíveis e lubrificantes	12,8	8,2	-9,0	-10,6	-11,7	-11,5	-9,7	-7,7	-6,3
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	50,9	32,4	8,3	8,2	10,0	6,9	7,0	7,7	8,1
Tecidos, vest. e calçados	8,2	5,2	0,9	2,7	1,4	0,6	-2,2	-0,5	1,0
Móveis e eletrodomésticos	13,6	8,7	7,6	9,9	7,3	6,8	5,2	10,6	16,3
Artigos farmacêuticos, médicos	5,8	3,7	3,5	3,8	2,9	3,3	2,4	3,4	3,9
Livros, jornais, revistas	0,9	0,6	-3,3	3,1	4,2	3,6	1,5	1,9	2,8
Equipamentos e materiais para escritório	1,2	0,8	29,1	30,4	28,1	31,5	26,0	26,5	25,8
Outros artigos de uso pessoal	6,5	4,1	10,6	14,1	17,0	14,4	14,3	18,9	22,4
Comércio geral	100,0	63,6	5,4	5,9	6,3	4,5	4,2	6,1	7,7
Veículos e motos, partes e peças	...	30,1	0,7	4,6	1,2	8,0	7,3	11,8	12,6
Material de construção	...	6,4	-3,5	-1,4	-0,5	6,4	9,2	12,2	13,5
Comércio geral ampliado	...	100,0	3,4	5,1	4,3	5,7	5,4	8,2	9,5

Fonte: IBGE

1/ Obtidos de forma implícita, a partir da contribuição e da taxa de crescimento das atividades.

Em julho de 2006, o segmento material de construção apresentou, pela primeira vez desde o início da série, em janeiro de 2004, taxa de crescimento trimestral positiva em relação ao trimestre encerrado no mês correspondente do ano anterior. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pela flexibilização da política monetária, pela ampliação dos rendimentos reais, pelo crescimento do emprego e pelo aumento das concessões de crédito¹.

O desempenho desse segmento deverá ser impulsionado, ainda, por uma série de medidas do governo federal, algumas já em vigor, de incentivo à construção civil. Dentre essas medidas, assinalem-se a possibilidade da realização de financiamentos imobiliários com taxas prefixadas; a utilização do mecanismo de crédito consignado para o pagamento do financiamento da casa própria; a inclusão das empresas de construção civil no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples); a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos da cesta básica da construção civil; e a abertura de linha de crédito no

1/ Deve-se mencionar, nesse sentido, a acentuada expansão recente dos consórcios de bens imóveis.

valor de R\$1 bilhão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), para as construtoras.

O segmento veículos, motocicletas, partes e peças também tem apresentado taxas de crescimento superiores às de outros segmentos do comércio varejista. Essa tendência está associada à expansão das novas concessões de operações de crédito para aquisição de veículos, que aumentaram 23% no trimestre finalizado em novembro, ante o mesmo período de 2005. As vendas de veículos nas concessionárias, divulgadas pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), cresceram 15,3% em novembro de 2006, em comparação ao mesmo mês do ano anterior, sinalizando continuidade da tendência de expansão.

Os prazos de financiamento e as taxas de juros para aquisição de veículos ratificam a percepção de melhoria nas condições de crédito para o setor. A taxa média anual de financiamento para o setor recuou de 34,9%, em novembro de 2005, para 31,7%, no mesmo mês de 2006, enquanto o prazo médio das operações de financiamento existentes passou de 484 dias corridos para 530 dias corridos, na mesma base de comparação.

Os indicadores de confiança do consumidor, em patamar historicamente elevado, também ratificam as condições favoráveis para o maior crescimento dos segmentos citados anteriormente. O Índice Nacional de Confiança (INC), divulgado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que avalia a confiança do consumidor em setenta cidades distribuídas em nove regiões metropolitanas, atingiu, em novembro de 2006, o maior valor desde o início da pesquisa. Todas as questões que foram levantadas e que compõem o INC evidenciam crescimento expressivo do otimismo do consumidor em relação a períodos anteriores, especialmente em questões relacionadas com a situação financeira pessoal, as perspectivas para a economia no longo prazo e a confiança de manutenção do emprego, o que influencia na decisão de gastos com bens de maior valor agregado.

Nesse cenário, o comportamento recente do comércio varejista apresentou crescimento mais significativo nos segmentos dependentes

das condições de crédito e de maior confiança do consumidor, sendo factível a continuidade dessa tendência, em especial nos segmentos de automóveis e de materiais de construção, mais sensíveis a decisões de médio e longo prazos, e que se beneficiam do natural alongamento de prazos decorrente da consolidação da estabilidade monetária.

1.2 Produção

Agropecuária

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a produção agropecuária aumentou 7,8% no terceiro trimestre de 2006, em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulando expansão de 2,5% no ano. O setor, que registrou crescimento de 1,1% em relação ao trimestre encerrado em junho, de acordo com dados dessazonalizados, segue refletindo o desempenho positivo de lavouras importantes, como café e cana-de-açúcar, e o dinamismo da pecuária.

Produção da lavoura

A produção de grãos atingiu 116,2 milhões de toneladas em 2006, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado pelo IBGE em outubro, 3,2% superior à registrada em 2005.

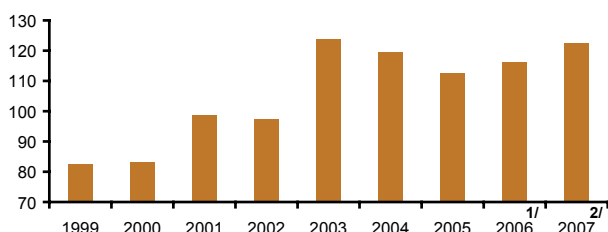
Dentre os principais produtos, destaca-se o desempenho das culturas de milho, feijão e soja. A produção de milho atingiu 42,1 milhões de toneladas, elevando-se em 20% no ano, enquanto as de feijão e soja expandiram-se em 12,1% e 2,4%, respectivamente.

A safra de trigo, principal cultura de inverno, atingiu 2,3 milhões de toneladas, recuando 51,4% em relação ao ano anterior. Esse movimento decorreu de decréscimos de 35,2% na área colhida e de 25,1% na produtividade, reflexo da reduzida cotação do produto no mercado interno; dos efeitos da descapitalização dos produtores sobre o nível tecnológico utilizado na safra; e da ocorrência de adversidades climáticas durante o período inicial de desenvolvimento da cultura, nas principais regiões produtoras.

A produção de grãos deverá atingir 122,4 milhões de toneladas em 2007, aumento de 5,3% em relação à safra anterior, segundo o primeiro prognóstico realizado pelo IBGE, em outubro. Estão previstas elevações representativas nas lavouras de feijão 1ª safra, caroço de algodão herbáceo e trigo, e, em menor escala, nas relativas a soja e milho 1ª safra. Em sentido contrário, a lavoura de arroz deverá continuar a apresentar trajetória decrescente.

Gráfico 1.7 – Produção de grãos

Em milhões de toneladas



Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

2/ 1º prognóstico da safra.

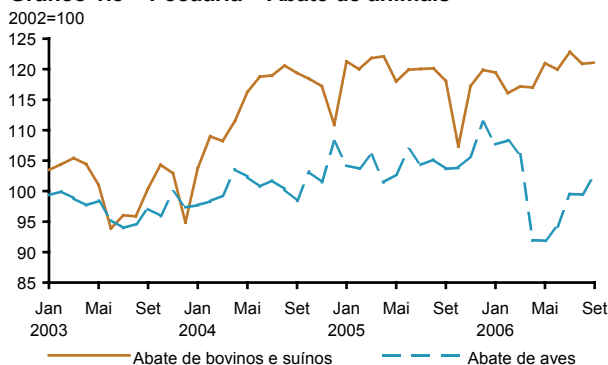
Tabela 1.4 – Produção agrícola

Discriminação	Em mil toneladas				
	Produção			Variação %	
	2005	2006 ^{1/}	2007 ^{2/}	2006/05	2007/06
Produção de grãos	112 574	116 183	122 391	3,2	5,3
Caroço de algodão	2 309	1 766	2 314	-23,5	31,0
Arroz (em casca)	13 226	11 513	10 633	-12,9	-7,6
Feijão	3 012	3 377	3 631	12,1	7,5
Milho	35 116	42 123	43 197	20,0	2,5
Soja	51 138	52 357	55 238	2,4	5,5
Trigo	4 658	2 263	4 298	-51,4	89,9
Outros	3 115	2 785	3 080	-10,6	10,6

Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

2/ 1º prognóstico da safra.

Gráfico 1.8 – Pecuária – Abate de animais

Fonte: IBGE

Tabela 1.5 – Produção da pecuária

Peso total das carcaças

Discriminação	2005	Variação % acumulada no ano					
		2006					
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Bovinos	7,4	8,6	6,7	9,1	4,5	5,9	5,5
Suínos	15,5	9,6	7,5	9,1	4,5	5,9	5,4
Aves	11,9	12,9	10,9	11,8	6,7	6,5	5,2

Fonte: IBGE

Tabela 1.6 – Produção industrial

Discriminação	Variação percentual				
	2006				
	Jul	Ago	Set	Out	
Indústria geral					
No mês ^{1/}		0,7	0,7	-1,1	0,8
Trimestre/trimestre anterior ^{1/}		0,9	0,5	0,5	0,3
Mesmo mês do ano anterior		3,5	3,2	1,7	4,8
Acumulado no ano		2,8	2,8	2,7	2,9
Acumulado em 12 meses		2,2	2,2	2,3	2,7
Indústria de transformação					
No mês ^{1/}		0,9	0,7	-1,1	0,5
Trimestre/trimestre anterior ^{1/}		0,5	0,4	0,4	0,2
Mesmo mês do ano anterior		3,3	3,1	1,5	4,8
Acumulado no ano		2,5	2,6	2,4	2,7
Acumulado em 12 meses		1,9	1,8	2,0	2,5
Extrativa mineral					
No mês ^{1/}		5,0	-0,3	-0,1	0,3
Trimestre/trimestre anterior ^{1/}		0,4	-0,6	1,9	1,4
Mesmo mês do ano anterior		6,6	5,6	4,9	4,8
Acumulado no ano		8,1	7,8	7,4	7,1
Acumulado em 12 meses		8,8	8,6	8,1	7,6

Fonte: IBGE

^{1/} Dados dessazonalizados.

Pecuária

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, realizada pelo IBGE, a produção de bovinos alcançou 3,3 milhões de toneladas no primeiro semestre do ano, aumentando 5,5% em relação ao mesmo período de 2005. As exportações relativas ao período de janeiro a outubro somaram 998,2 mil toneladas, com elevação de 5,2% em relação ao mesmo período de 2005.

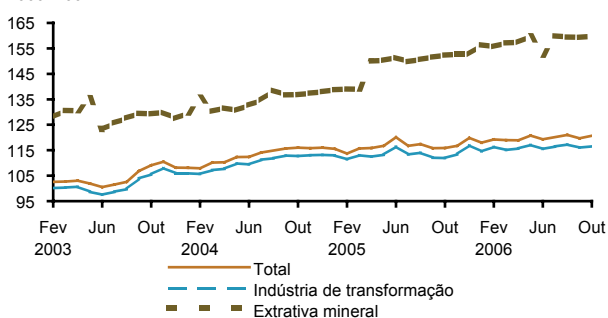
Considerada a mesma base de comparação, as produções de aves e de suínos atingiram 4 milhões e 1,1 milhão de toneladas no primeiro semestre do ano, com crescimentos de 5,2% e 5,4%, respectivamente. As exportações de aves recuaram 10% no período de janeiro a outubro de 2006, em linha com a retração da demanda externa por esse tipo de carne, e as de suínos, 20,9%, em função, principalmente, da queda nas exportações destinadas à Rússia.

1.3 Produção industrial

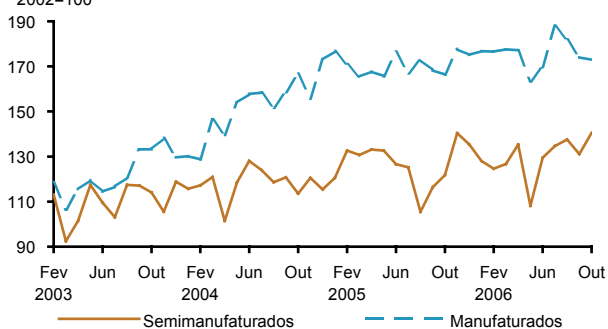
De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, a indústria brasileira cresceu 0,3% no trimestre agosto-outubro, em relação ao trimestre encerrado em julho, com base em dados dessazonalizados. As indústrias extrativa e de transformação registraram expansões de 1,4% e de 0,2%, respectivamente, no período.

Nos primeiros dez meses de 2006, a produção industrial cresceu 2,9% ante período equivalente do ano anterior, combinando avanços de 7,1% da indústria extrativa e de 2,7% da indústria de transformação. A produção nos setores de alta intensidade exportadora aumentou 3,3%, enquanto a relativa ao segmento considerado de baixa intensidade exportadora¹ cresceu 2,6%. Assinale-se que a contribuição do mercado interno para o desempenho industrial tem aumentado *vis-à-vis* a do mercado externo. Nesse sentido, de acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o *quantum* das importações totais aumentou 16,8%, e o das exportações 4,7%, nessa base de comparação. A análise marginal ratifica essa tendência, na medida em que, considerando dados dessazonalizados, o *quantum* das exportações aumentou 5,4% no trimestre agosto-outubro em relação ao trimestre encerrado em julho, enquanto o das importações elevou-se em 10,7%.

^{1/} Os setores de alta e de baixa intensidade exportadora são definidos como aqueles que possuem, respectivamente, coeficiente exportador acima ou abaixo da média nacional de 20,4%, registrada em 2004 pela Pesquisa Industrial Anual – Empresa, do IBGE. Coeficiente exportador é definido como a relação entre o valor das exportações e a receita total das empresas industriais.

Gráfico 1.9 – Produção industrialDados dessazonalizados
2000=100

Fonte: IBGE

Gráfico 1.10 – Exportações industriais – QuantumDados dessazonalizados
2002=100

Fonte: Funcex

Tabela 1.7 – Produção industrial por categoria de uso

Discriminação	Variação percentual			
	2006			
	Jul	Ago	Set	Out
No mês^{1/}				
Produção industrial	0,7	0,7	-1,1	0,8
Bens de capital	1,3	2,3	-1,2	-1,6
Bens intermediários	1,1	0,9	-2,1	-0,2
Bens de consumo	1,0	0,0	-0,7	1,4
Duráveis	-0,2	1,6	-4,1	3,2
Semi e não duráveis	0,6	-0,8	0,2	0,4
Trimestre/trimestre anterior^{1/}				
Produção industrial	0,9	0,5	0,5	0,3
Bens de capital	1,5	2,4	2,7	1,6
Bens intermediários	1,6	0,9	0,7	-0,3
Bens de consumo	-0,3	-0,2	-0,1	0,1
Duráveis	-2,9	-0,7	-1,4	-0,6
Semi e não duráveis	0,3	0,1	-0,2	-0,3
No ano				
Produção industrial	2,8	2,8	2,7	2,9
Bens de capital	5,5	5,7	5,0	5,5
Bens intermediários	2,0	2,2	2,0	2,0
Bens de consumo	3,7	3,5	3,4	3,8
Duráveis	6,5	6,4	6,3	6,9
Semi e não duráveis	2,9	2,6	2,6	2,9

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

A desagregação do crescimento industrial revela que, das 23 atividades com séries ajustadas sazonalmente, quinze apresentaram desempenho trimestral positivo no período encerrado em outubro, enquanto no trimestre finalizado em julho, registrara-se expansão nas produções de apenas onze segmentos. As taxas mais acentuadas ocorreram nos segmentos mobiliário, 7%; e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, 4,2%; enquanto a produção de petróleo e álcool recuou 5,1%, seguindo-se a referente a veículos automotores, com retração de 3%.

A análise desagregada da produção da indústria nos primeiros dez meses do ano revela padrão de crescimento concentrado. Nesse sentido, das 27 atividades consideradas, apenas nove, com participação de cerca de 49% na estrutura industrial brasileira, foram responsáveis por mais de 84% da taxa de crescimento acumulada de 2,9% no período. Outras doze atividades apresentaram expansão no ano, mas com contribuição modesta para o crescimento geral, enquanto as demais seis atividades – outros produtos químicos; produtos de metal; madeira; vestuário; artigos de couros e calçados; e diversos – com peso aproximado de 16% na estrutura industrial, foram responsáveis por redução da ordem de 0,4 pontos percentuais (p.p.) na taxa anual acumulada.

O índice de difusão, definido como a proporção dos 76 subsetores industriais da PIM-PF com resultados positivos em relação a períodos correspondentes no ano anterior, atingiu 61,8% nos primeiros dez meses de 2006, ante 74,9% em 2004 e 58,4% em 2005.

A análise por categoria de uso revelou crescimento de 1,6% na produção de bens de capital no trimestre agosto-outubro, em relação ao trimestre encerrado em julho, segundo dados dessazonalizados. Na mesma base de comparação, a produção de bens intermediários, de bens de consumo duráveis e de bens de consumo semiduráveis e não duráveis recuaram 0,3%, 0,6% e 0,3%, respectivamente.

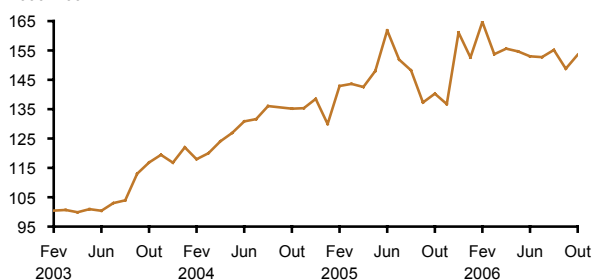
No ano, registraram-se aumentos nas produções de todas as categorias, com ênfase em bens de consumo duráveis, 6,9%, e em bens de capital, 5,5%. O avanço da produção de duráveis refletiu expansão generalizada em todos os segmentos, com exceção de demais atividades, que engloba, entre outros, a parcela dos produtos considerada duráveis classificada nos setores têxtil e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos. O crescimento da produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis esteve associado, principalmente, ao desempenho de segmentos de refino de petróleo e álcool, bebidas, farmacêutica e fumo, classificados nessa categoria.

Gráfico 1.11 – Produção industrial

Bens de consumo duráveis

Dados dessazonalizados

2000=100



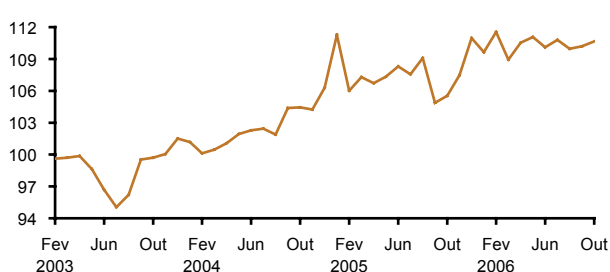
Fonte: IBGE

Gráfico 1.12 – Produção industrial

Bens de consumo semi e não duráveis

Dados dessazonalizados

2000=100



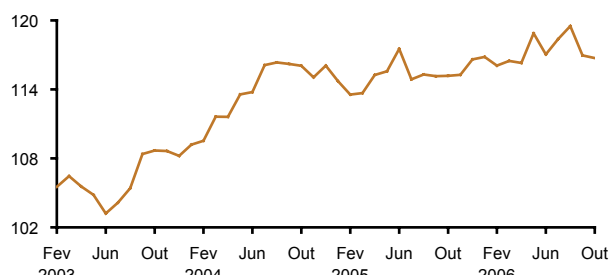
Fonte: IBGE

Gráfico 1.13 – Produção industrial

Bens intermediários

Dados dessazonalizados

2000=100



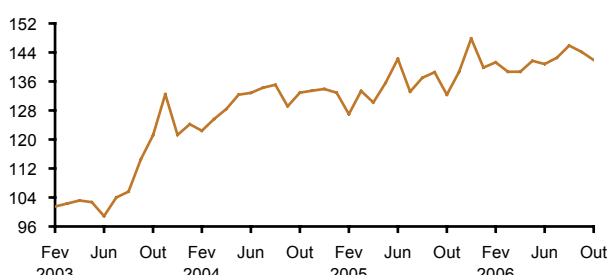
Fonte: IBGE

Gráfico 1.14 – Produção industrial

Bens de capital

Dados dessazonalizados

2000=100



Fonte: IBGE

A produção de bens de capital acumulada nos primeiros dez meses de 2006, em relação ao período correspondente do ano anterior, foi influenciada, em parte, pelos crescimentos de 50,6% e 29,4%, respectivamente, nos segmentos máquinas para escritório e equipamentos de informática e máquinas, aparelhos e materiais elétricos. As produções de bens de capital associados aos setores de construção civil e de energia elétrica aumentaram 10,2% e 29,3%, respectivamente, e a de bens de capital de uso misto, no qual se incluem microcomputadores, 10,8%.

A produção de bens de capital não seriados destinados à indústria avançou 6,1%, e a de seriados, 3,9%, indicando a recuperação na categoria de bens de capital tipicamente industrializados. Nesse sentido, o crescimento acumulado no ano, até outubro, de bens de capital seriados supera o aumento registrado em doze meses. A produção desse segmento, que apresentava taxas negativas no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2005, registra taxas positivas no acumulado do ano desde agosto, mostrando resultados favoráveis nos meses mais recentes.

A produção direcionada à agricultura continua apresentando expressivo recuo, atingindo 19,8% em máquinas agrícolas e 44,2% em peças agrícolas. Essa trajetória evidencia a redução nas exportações de máquinas agrícolas que, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), atingiu 30,2% nos primeiros dez meses do ano, em relação ao mesmo período de 2005.

A expansão acumulada da produção de bens intermediários no ano alcançou 2%, impulsionada pelo desempenho da parcela dos produtos das indústrias extrativa e de alimentos classificada nessa categoria, que cresceu 7,2% e 4%, respectivamente.

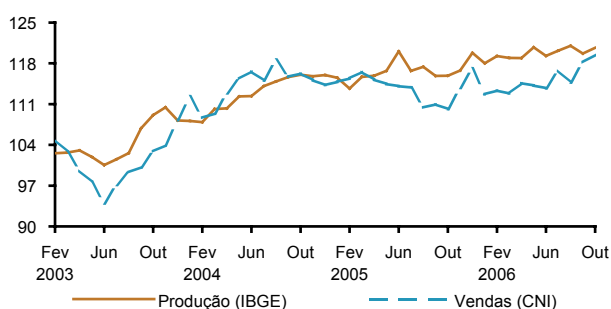
Em relação aos resultados regionais, a produção industrial do Rio Grande do Sul aumentou 2,2% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao período de maio a julho, seguindo-se as variações da região Nordeste, 1,8% e de Minas Gerais, 1,4%, de acordo com dados dessazonalizados. As maiores retrações registradas nessa base de comparação ocorreram no Paraná, 3,5% e em Goiás, 2,1%, com o resultado da indústria paranaense refletindo os efeitos da greve na indústria automotiva em setembro. No ano, até outubro, a indústria gaúcha ainda registra queda de 2,5%.

As vendas industriais elevaram-se em 2,2% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao trimestre finalizado em julho, de acordo com os Indicadores

Industriais da CNI, dessazonalizados pelo Banco Central. Esse resultado, quando confrontado com o crescimento de 0,2% da indústria de transformação, sugere a ocorrência de redução dos estoques de produtos industriais, proporcionando expectativas favoráveis em relação ao desempenho desse segmento no quarto trimestre e em 2007. Na mesma base de comparação, o mercado de trabalho na indústria continuou em trajetória de expansão, registrando crescimentos de 1% no emprego e de 1,2% nas horas trabalhadas. O nível de Utilização da Capacidade Instalada (UCI) permaneceu relativamente estável no período.

Gráfico 1.15 – Produção e vendas industriais

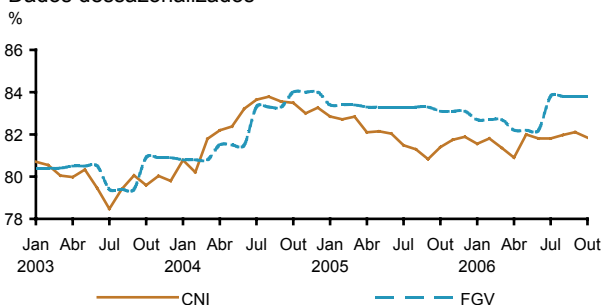
Dados dessazonalizados
2000=100



Fontes: IBGE e CNI

Gráfico 1.16 – Utilização da Capacidade Instalada na indústria de transformação

Dados dessazonalizados



Fonte: CNI e FGV

De janeiro a outubro, em relação a igual período de 2005, as vendas acumularam alta de 1,4%, e a UCI recuou 0,3%, para uma média de 81,8%, enquanto o emprego e as horas trabalhadas ampliaram-se em 1,9% e 1,8%, respectivamente.

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da FGV passou a ser divulgada mensalmente a partir de outubro de 2006, retroagindo dados na nova periodicidade até outubro de 2005. De acordo com a pesquisa, o nível médio da UCI atingiu 83,8% em outubro, mantendo-se estável em relação a julho, considerando dados dessazonalizados pelo Banco Central, e apresentando aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os setores mobiliário e vestuário, calçados e produtos de tecidos, além das categorias de bens de capital e de materiais para construção, registraram UCI em outubro pelo menos 4 p.p. acima da média relativa aos meses de outubro da nova série histórica, disponibilizada a partir de 1995 para os setores e de 1998 para as categorias. Os recuos mais acentuados no nível médio da UCI em outubro, em relação a outubro de 2005, ocorreram nos setores têxtil, 2,5 p.p., e material elétrico e de comunicações, 4,8 p.p.; e, na categoria de bens de consumo, 1,8 p.p.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o nível de emprego na indústria de transformação cresceu 0,5% em outubro, em relação ao mês anterior, segundo dados dessazonalizados. No ano, até outubro e, em doze meses, as taxas de crescimento atingiram 3,3% e 3,2%, respectivamente.

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais, realizada pela FGV, entre 2 de outubro e 6 de novembro, sugere perspectivas otimistas para 2007. Das empresas consultadas, 47% prevêem crescimento da produção e do emprego, enquanto apenas 6% esperam queda. O Índice de Confiança do

Tabela 1.8 – Estoques na indústria de transformação^{1/}

Discriminação	2005				2006	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Indústria de transformação						
Produtos finais	54,4	55,5	54,6	52,8	52,3	53,8
Matérias-primas e intermediários	50,4	50,1	51,0	50,3	48,5	49,3
Grandes empresas						
Produtos finais	56,6	58,3	58,9	54,1	53,9	55,4
Matérias-primas e intermediários	54,0	53,1	56,3	52,0	50,7	52,5
Pequenas e médias empresas						
Produtos finais	53,3	54,1	52,4	52,2	51,4	53,0
Matérias-primas e intermediários	48,6	48,6	48,3	49,4	47,3	47,6

Fonte: CNI

^{1/} Valores acima de cinquenta significam estoque acima do planejado.

Empresário Industrial (Icei), da CNI, alcançou 55 pontos em outubro, ante 52,9 em julho último e 52,7 em outubro de 2005.

Ainda segundo a Sondagem da FGV, em outubro, 11% das empresas consideravam excessivos seu nível de estoques e 2%, insuficientes. Essa diferença de 9 p.p. manteve-se no mesmo patamar de setembro, ante 8 p.p. em julho e em agosto.

O crescimento recente da produção industrial, apesar do reduzido desempenho ocorrido em setembro, indica relativo reaquecimento do setor após acomodação nos últimos meses. O crescimento mais acelerado da produção de bens de capital tipicamente industriais e as expectativas otimistas para 2007, delineadas pela pesquisa da FGV, sugerem um cenário favorável à intensificação dos investimentos nos próximos meses.

Mercado de trabalho

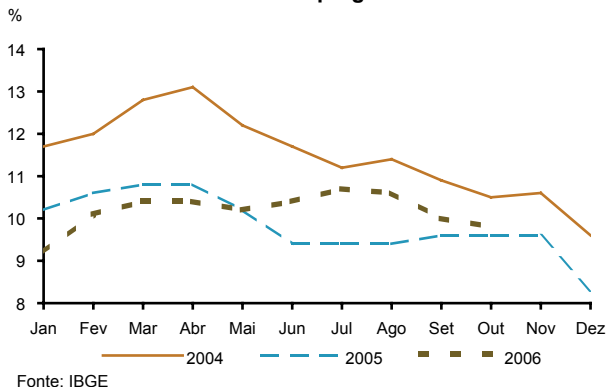
Emprego

O mercado de trabalho apresentou forte recuperação no trimestre terminado em outubro. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que incorpora as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, registrou a criação de 423 mil novas ocupações nos dez primeiros meses do ano, ante 316 mil no mesmo período em 2005, com elevação de 2,2% no número total de ocupados.

A taxa média de desemprego recuou de 10,4%, no trimestre encerrado em julho, para 10,1%, no período de agosto a outubro. Nos dez primeiros meses do ano, essa taxa situou-se em 10,2%, comparativamente a 10% no período correspondente do ano anterior.

Considerando os diferentes vínculos de relação trabalhista, manteve-se a tendência, em curso desde fevereiro de 2005, de crescimento, no setor privado, do emprego com carteira de trabalho em patamar superior ao do emprego sem carteira. No ano, até outubro, do total de 275 mil empregos criados no setor privado, registrou-se a incorporação de 315 mil novos empregados ao setor produtivo com carteira assinada e a eliminação de 40 mil posições sem carteira.

A trajetória de retração do setor informal iniciada em 2005 apresentou relativa reversão de junho a setembro, quando foram gerados 246 mil empregos sem carteira

Gráfico 1.17 – Taxa de desemprego aberto**Tabela 1.9 – Evolução do emprego formal**

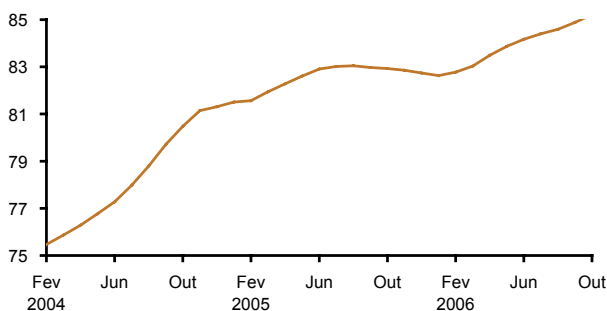
Discriminação	Novos postos de trabalho – Acumulado no período (em mil)					
	2005	2006				
		I Tri	II Tri	III Tri	Out	Ano
Total	1 254,0	339,7	584,1	460,0	129,8	1 513,6
Ind. de transformação	177,5	68,0	146,9	131,8	45,8	392,4
Comércio	389,8	5,5	66,2	104,7	55,6	232,0
Serviços	569,7	158,7	166,1	171,3	55,8	551,9
Construção civil	85,1	41,4	37,5	52,5	0,7	132,1
Agropecuária	- 12,9	39,1	152,5	- 7,2	- 29,2	155,2
Serv. ind. de util. pública	13,5	4,2	3,6	2,7	0,1	10,6
Outros ^{1/}	31,2	22,8	11,3	4,3	1,0	39,3

Fonte: MTE

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 1.18 – Emprego na indústria de transformação – Média móvel trimestral

Dados dessazonalizados



assinada e 185 mil novas vagas no setor formal. Esse movimento esteve, possivelmente, associado a contratações temporárias durante a campanha eleitoral, haja vista que em outubro, com o fim do primeiro turno das eleições, ocorreu a redução de 60 mil empregos sem carteira e a criação de 65 mil empregos com carteira. O número de empregados por conta própria cresceu 2,1% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao trimestre maio-julho, acumulando expansão de 0,3% no ano.

Estatísticas do MTE ratificam o comportamento favorável da geração de empregos. Segundo o Caged, foram criadas, de janeiro a outubro de 2006, 1.514 mil vagas com carteira de trabalho assinada, ante 1.527 mil no mesmo período de 2005. A construção civil constituiu-se no segmento mais dinâmico, com crescimento de 9,6%, seguindo-se o comércio, 6%, e serviços, 5,4%. No trimestre encerrado em outubro, o melhor desempenho também ocorreu na construção civil, com crescimento de 1,5% em relação ao trimestre finalizado em julho, dados dessazonalizados. A geração de empregos nos setores comércio, serviços e na indústria de transformação aumentou 1,4%, 1,2% e 1%, respectivamente, nessa base de comparação.

Ainda segundo os dados do Caged, o ritmo de expansão do emprego formal mantém, em termos geográficos, maior dinamismo fora das grandes regiões metropolitanas, mesmo comportamento observado em 2005. Nesse sentido, foram criadas, até outubro, 530 mil vagas nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, ante 546 mil no mesmo período de 2005. Nas demais regiões, foram criadas 983 mil vagas em 2006, ante 981 mil no ano anterior.

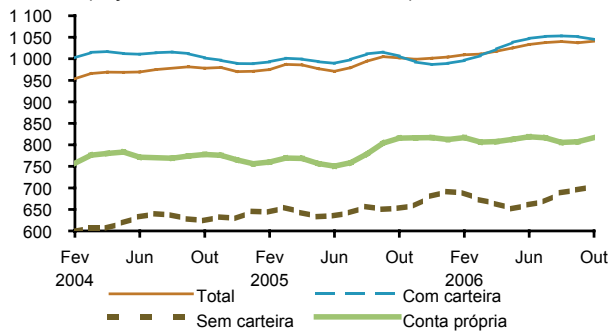
Pesquisa efetuada pela CNI junto a doze federações estaduais registrou aumento de 1,9% no emprego na indústria de transformação, até outubro. A análise na margem revela elevação trimestral de 1% no período de agosto a outubro, comparativamente à queda de 0,1% no trimestre correspondente de 2005.

Rendimentos

O rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME cresceu 4,1% até outubro, em relação ao mesmo período de 2005. O rendimento médio nominal alcançou R\$1.046,50 em outubro, com crescimento real de 5,4% em relação a igual mês de 2005, utilizando-se o

Gráfico 1.19 – Rendimento habitual médio real^{1/}

Em R\$, a preços de outubro de 2006, deflacionado pelo INPC



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral

Tabela 1.10 – Produto Interno Bruto – Preços de mercado

Discriminação	Variação %							
	2005				2006			
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
Acumulado no ano	2,8	3,4	2,6	2,3	3,3	2,2	2,5	
Acumulado em 4 trimestres	4,6	4,4	3,1	2,3	2,4	1,7	2,3	
Trimestre/igual trimestre								
do ano anterior	2,8	4,0	1,0	1,4	3,3	1,2	3,2	
Trimestre/trimestre anterior ^{1/}	0,1	1,4	-1,1	1,2	1,2	0,4	0,5	
Agropecuária	1,7	0,3	-5,3	2,4	2,3	1,6	1,1	
Indústria	-1,0	2,1	-1,0	1,3	1,1	0,0	0,6	
Serviços	0,1	0,7	0,4	0,7	0,6	0,6	0,4	

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados

Tabela 1.11 – Produto Interno Bruto

Taxa acumulada ao longo do ano

Discriminação	Variação %							
	2005				2006			
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
Agropecuária	2,6	2,9	1,4	0,8	-0,5	0,3	2,5	
Indústria	3,1	4,4	2,9	2,5	4,8	2,6	2,7	
Extrativa mineral	3,7	10,6	10,5	10,9	12,6	6,7	5,6	
Transformação	3,6	3,9	2,1	1,3	2,7	1,0	1,4	
Construção civil	0,6	2,2	0,7	1,3	7,0	4,7	5,0	
Serviços ind. de util. pública	3,3	3,9	3,8	3,6	4,2	2,8	3,0	
Serviços	2,2	2,4	2,1	2,0	2,7	2,3	2,3	
Comércio	4,2	4,0	3,4	3,3	4,9	3,6	3,5	
Transporte	3,9	4,0	3,7	3,2	3,6	2,2	2,4	
Comunicações	-2,8	-1,6	-0,8	0,1	0,0	-1,5	-1,2	
Instituições financeiras	2,8	3,1	2,5	2,4	2,9	2,2	2,5	
Outros serviços	2,2	1,5	1,3	1,3	2,9	2,9	2,7	
Aluguel de imóveis	3,7	3,2	2,9	2,5	2,4	2,4	2,2	
Administração pública	0,6	2,0	1,7	1,7	2,1	2,0	2,0	
Dummy financeiro	2,7	3,3	2,5	2,1	2,7	1,8	2,3	
Valor adic. a preços básicos	2,6	3,2	2,3	2,1	3,0	2,0	2,4	
Impostos sobre produtos	4,7	5,3	4,4	3,9	5,9	4,0	4,0	
PIB a preços de mercado	2,8	3,4	2,6	2,3	3,3	2,2	2,5	

Fonte: IBGE

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator. A massa salarial real cresceu 6,4%, na mesma base de comparação.

A evolução dos rendimentos reais habituais por posição na ocupação indica relativa reversão, no segundo semestre, da tendência registrada na primeira metade do ano. Nesse sentido, o poder de compra dos ocupados sem carteira e por conta própria, após sofrer redução no primeiro semestre, vem se recuperando mais rapidamente, enquanto os rendimentos reais dos ocupados com carteira, após elevarem-se continuamente no primeiro semestre, passaram a experimentar redução no período subsequente. Esse movimento está associado, em parte, à relação inversa entre o ritmo de crescimento dos ocupados e seus rendimentos.

1.4 Produto Interno Bruto

O PIB cresceu 2,5% nos nove primeiros meses de 2006, em comparação a igual período de 2005, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Registrou-se evolução positiva em todos os componentes do produto, enquanto, sob a ótica da demanda, a contribuição do setor externo foi negativa em 1,1 p.p. e a da demanda interna foi positiva em 3,6 p.p.

O desempenho do produto no ano, embora inferior ao de alguns indicadores de demanda, refletiu a melhora nas condições de crédito e a recuperação dos rendimentos reais e do emprego. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 6%; o consumo das famílias e do governo, 3,7% e 1,9%, respectivamente; as exportações, 5,3%; e as importações, 16,1%, no período. A evolução do PIB nos nove primeiros meses de 2006, associada ao desempenho recente de indicadores setoriais e de demanda, mostra-se consistente com a projeção de expansão de 3% do produto neste ano.

A análise setorial revela taxa de crescimento acumulada até setembro de 2,5% para a agropecuária, favorecida pela expansão de 3,2% na produção de grãos. Esse desempenho antecipa a recuperação esperada para o segmento em 2007, evidenciando a superação dos fatores que limitaram as safras de culturas com impacto representativo no primeiro semestre de 2006. Na pecuária, persiste a trajetória de crescimento na criação de bovinos, aves e suínos.

A atividade industrial aumentou 2,7% nos nove primeiros meses de 2006, em comparação a igual período de 2005, registrando-se, mais uma vez, taxas positivas em todos

Tabela 1.12 – Produto Interno Bruto – Ótica da demanda^{1/}
Taxa acumulada ao longo do ano

Discriminação	2005				2006			Variação %
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	
PIB a preços de mercado	2,8	3,4	2,6	2,3	3,3	2,2	2,5	
Consumo das famílias	3,3	3,2	3,0	3,1	3,6	3,8	3,7	
Consumo do governo	1,1	2,1	1,8	1,6	1,9	1,9	1,9	
Formação Bruta de								
Capital Fixo	2,3	3,1	1,2	1,6	9,0	5,9	6,0	
Exportação	13,6	13,3	12,9	11,6	9,3	4,1	5,3	
Importação	12,2	12,5	11,4	9,5	15,9	13,9	16,1	

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

Tabela 1.13 – Produto Interno Bruto
Trimestre ante trimestre imediatamente anterior
Dados dessazonalizados

Discriminação	2005				2006			Variação %
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	
PIB a preços de mercado	0,1	1,4	-1,1	1,2	1,2	0,4	0,5	
Agropecuária	1,7	0,3	-5,3	2,4	2,3	1,6	1,1	
Indústria	-1,0	2,1	-1,0	1,3	1,1	0,0	0,6	
Serviços	0,1	0,7	0,4	0,7	0,6	0,6	0,4	
Consumo das famílias	0,1	0,8	1,1	1,4	0,5	1,0	0,5	
Consumo do governo	0,2	0,8	-0,2	0,1	1,2	0,6	0,1	
Formação Bruta de								
Capital Fixo	-3,4	5,7	-1,0	1,7	2,3	-0,2	2,5	
Exportação	2,9	3,9	0,9	0,6	3,5	-5,1	8,6	
Importação	0,5	2,8	0,4	0,6	10,9	-0,1	8,5	

Fonte: IBGE

os subsetores. A indústria de transformação cresceu 1,4%, e a da construção civil, impulsionada pelos efeitos de uma série de medidas de incentivo do governo federal, algumas já em vigor, aumentou 5%. A expansão dos serviços industriais de utilidade pública, setor constituído, basicamente, pela geração de energia elétrica, atingiu 3%, enquanto a produção extrativa mineral cresceu 5,6%, registrando-se, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), acréscimo de 5,7% na produção de petróleo (óleo bruto e Líquidos de Gás Natural – LGN).

O setor de serviços apresentou crescimento de 2,3% no período, resultado associado, principalmente, ao desempenho do segmento comércio, que cresceu 3,5% no período, seguindo-se outros serviços, 2,7%; instituições financeiras, 2,5%; transportes, 2,4%; alugueis, 2,2%; e administração pública, 2%. O segmento comunicações, por sua vez, apresentou retração de 1,2% no período.

Na margem, o PIB aumentou 0,5% no terceiro trimestre, em relação ao segundo trimestre do ano, dados dessazonalizados. A produção agropecuária aumentou 1,1%, favorecida pelo desempenho de importantes culturas com colheitas concentradas no 3º trimestre, como cana-de-açúcar, café e laranja, que compensou a frustração na safra de trigo. O setor industrial cresceu 0,6%, e o de serviços, 0,4%.

Sob a ótica da demanda, registraram-se, na mesma base de comparação, crescimentos de 2,5% na FBCF e de 0,5% no consumo das famílias. Em relação ao setor externo, as exportações aumentaram 8,6%, e as importações, 8,5%.

1.5 Investimentos

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, os investimentos, excluídas as variações de estoques, aumentaram 2,5% no terceiro trimestre, ante o trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados, constituindo-se, nessa base de comparação, na maior taxa de crescimento registrada desde o segundo trimestre de 2005. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a expansão dos investimentos atingiu 6,3%, ante 2,9% no segundo trimestre deste ano.

O aumento dos investimentos vinha sendo antecipado pela trajetória de indicadores mensais da FBCF. Os insumos da construção civil, principal componente da formação bruta de capital, aumentaram 1% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, dados dessazonalizados. A

Produto Interno Bruto – Revisão da Projeção para 2006 e Projeção para 2007

A estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2006 foi revisada de 3,5%, conforme o último “Relatório de Inflação”, para 3%, a partir da incorporação dos resultados registrados no terceiro trimestre. Para o último trimestre, antecipa-se crescimento em ritmo mais acelerado, em função da evolução de indicadores relacionados ao comércio e à indústria.

A redução da projeção decorreu de ajustes nas estimativas para os três setores da economia. O aumento da produção da indústria foi revisto de 4% para 3,3%, enquanto os relativos aos setores serviços e agropecuário recuaram de 2,8% para 2,4%, e de 3% para 2,8%, respectivamente.

A produção de todos os subsetores industriais foi revista para baixo. Em relação à indústria de transformação, que possui o peso mais representativo entre os componentes da indústria, a redução atingiu 0,6 p.p., para 2,2%, evidenciando a expansão modesta de 0,2% desse segmento no terceiro trimestre. O crescimento esperado para o setor de serviços foi reduzido, principalmente, em razão das novas estimativas da indústria. A evolução projetada para o quarto trimestre considera, fundamentalmente, a continuidade dos efeitos favoráveis associados ao processo de melhora do emprego e da renda. A redução relativa à agropecuária refletiu, principalmente, a quebra da safra de trigo.

Pela ótica da demanda, foram modificadas as estimativas para o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), de 7,1% para 6,1%, e das importações, de 14,1% para 16,3%. As estimativas para consumo das famílias, consumo do governo e exportações foram mantidas em 4,2%, 1,9% e

Tabela 1 – Produto Interno Bruto

Discriminação	Variação acumulada no ano					
	2005	2006				2007 ^{1/}
	Pesos	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri ^{1/}	
Agropecuária	7,5	-0,5	0,3	2,5	2,8	3,7
Indústria	35,6	4,8	2,6	2,7	3,3	4,7
Extrativa mineral	4,3	12,6	6,7	5,6	6,1	8,4
Transformação	21,6	2,7	1,0	1,4	2,2	3,7
Construção civil	6,5	7,0	4,7	5,0	4,9	5,7
Serviços ind. util. pública	3,2	4,2	2,8	3,0	3,5	4,6
Serviços	50,9	2,7	2,3	2,3	2,4	2,4
Comércio	6,8	4,9	3,6	3,5	4,0	5,3
Transporte	1,8	3,6	2,2	2,4	3,2	6,0
Comunicações	2,7	0,0	-1,5	-1,2	-1,0	0,6
Instituições financeiras	7,2	2,9	2,2	2,5	2,7	3,5
Outros serviços	9,7	2,9	2,9	2,7	2,6	2,4
Aluguel de imóveis	8,0	2,4	2,4	2,2	2,1	1,8
Administração pública	14,7	2,1	2,0	2,0	1,9	0,8
Valor adicionado	89,2	3,0	2,0	2,4	2,8	3,6
Impostos sobre produtos	10,8	5,9	4,0	4,0	4,5	5,4
PIB a preços de mercado	110,8	3,3	2,2	2,5	3,0	3,8

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

1/ Estimativa.

5,8%, respectivamente. Esses resultados indicam contribuição de 3,9% da absorção interna para o crescimento no ano.

Estimativa para o Produto Interno Bruto de 2007

O crescimento estimado para o PIB em 2007 atinge 3,8%, com aceleração do crescimento prevista em todos os setores da economia, à exceção de serviços. Os efeitos da flexibilização da política monetária e da estabilidade econômica, explicitados na continuidade da melhora das condições de crédito e na manutenção dos ganhos de renda dos consumidores, deverão exercer reflexos diretos no resultado da indústria e em alguns itens dos serviços, a exemplo de comércio e transportes.

A agropecuária deverá registrar expansão de 3,7%, estimativa relativamente conservadora se considerado o primeiro prognóstico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a safra de 2007, impactada favoravelmente pelos crescimentos nas produções de trigo e algodão. O crescimento da pecuária deverá se intensificar, impulsionado pelo desempenho das exportações, que deverá refletir a manutenção do nível da atividade econômica mundial em patamar elevado e o fim dos embargos de importantes mercados consumidores.

O crescimento industrial deverá atingir 4,7%, reflexo, principalmente, da expansão da indústria extrativa, condicionada pela expansão da produção

Tabela 2 – Produto Interno Bruto – Variação por componente da demanda

Período	PIB a preços de mercado	Consumo das famílias	Consumo do governo	Consumo total	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportações	Importações	%
2001	1,3	0,5	1,0	0,6	1,1	11,2	1,2	
2002	1,9	-0,4	1,4	0,0	-4,2	7,9	-12,3	
2003	0,5	-1,5	1,3	-0,8	-5,1	9,0	-1,7	
2004	4,9	4,1	0,1	3,0	10,9	18,0	14,3	
2005	2,3	3,1	1,6	2,7	1,6	11,6	9,5	
Contribuição (p.p.)		1,7	0,3	2,0	0,3	2,1	-1,3	
2006 (estimado)	3,0	4,2	1,9	3,6	6,1	5,8	16,3	
Contribuição (p.p.)		2,3	0,4	2,7	1,2	1,0	-2,0	
2007 (estimado)	3,8	5,6	0,9	4,4	7,1	4,5	14,0	
Contribuição (p.p.)		3,1	0,2	3,3	1,4	0,8	-1,7	

Fonte: IBGE e Banco Central

de petróleo, e da manutenção do crescimento da absorção doméstica e da demanda externa. É previsto que o desempenho da construção civil mantenha-se em ritmo de expansão superior ao da indústria de transformação, evidenciando as medidas de incentivo ao setor e a aceleração dos gastos em infra-estrutura. A elevação da produção da indústria de transformação é antecipada em 3,7%, expansão bastante próxima ao resultado geral do PIB.

No setor de serviços, a expansão deverá alcançar 2,4%, com ênfase para a aceleração nos segmentos comércio e transportes, em decorrência do aumento do nível da atividade econômica. A administração pública deverá registrar desaceleração, refletindo alteração no padrão dos gastos públicos, enquanto outros serviços e aluguéis deverão manter, aproximadamente, o mesmo patamar de crescimento.

Em relação aos indicadores de demanda, os investimentos deverão crescer 7,1%, estimulados pela demanda interna e pelas melhores condições de crédito, internas e externas. Esse crescimento também deverá ser favorecido pelo desempenho da construção civil. O crescimento esperado para o consumo das famílias atinge 5,6%, compatível com a sustentação do poder de compra dos rendimentos, proporcionada pela manutenção da inflação sob controle, e com os efeitos positivos da flexibilização da política monetária sobre o mercado de crédito.

Essas estimativas indicam contribuição de 4,7% da absorção interna para o crescimento do PIB em 2007, enquanto a contribuição das exportações líquidas (exportações – importações) deverá ser de -0,9 p.p.

absorção de bens de capital também se expandiu no trimestre, registrando-se crescimentos de 2,6% na produção doméstica e de 4,8% nas importações desses bens.

A expansão trimestral da produção de bens de capital esteve associada ao desempenho dos segmentos de bens tipicamente industriais, bens mistos e bens destinados ao setor de energia elétrica, que cresceram 8%, 4,5% e 1,8%, respectivamente, segundo dados dessazonalizados. Em sentido inverso, as produções de máquinas e equipamentos agrícolas e de peças agrícolas recuaram 15,4% e 37,3%, respectivamente. Ressalte-se que a análise na margem indica relativa recuperação na produção desses bens, com as estatísticas da Anfavea revelando acréscimos mensais na produção de máquinas agrícolas em setembro, 10,8%, e em outubro, 4,5%, considerando dados dessazonalizados. No ano, até outubro, a produção de máquinas agrícolas recuou 16,5% em relação ao mesmo período de 2005.

Ainda segundo a Anfavea, o desempenho negativo da produção de bens de capital associados ao setor de transportes, no terceiro trimestre, refletiu o recuo de 8,9% na produção de ônibus. A produção de caminhões aumentou 5,6% na mesma base de comparação.

O comportamento dos investimentos no ano tem sido consistente com o sinalizado pela evolução de indicadores antecedentes, entre eles o risco-Brasil, medido pelo *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+), e a taxa de juros Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). A evolução recente desses indicadores sugere a continuidade da expansão dos investimentos em 2007, contribuindo para a sustentabilidade de um cenário benigno para a retomada do nível da atividade em patamar mais elevado.

1.6 Conclusão

O aumento da massa salarial e o processo de flexibilização da política monetária impulsionaram o volume de vendas do comércio varejista no terceiro trimestre, em especial nos segmentos de material de construção e de veículos. Esse crescimento não impactou, com a mesma intensidade, a produção do trimestre, mas favoreceu as expectativas de crescimento mais acelerado para os próximos meses, conforme antecipado pelos primeiros resultados referentes ao último trimestre de 2006.

As condições do mercado de trabalho permanecem positivas, registrando-se continuidade do crescimento da

ocupação e da massa salarial, em cenário de aumento da formalização do emprego.

O crescimento da atividade manteve-se em ritmo moderado, mas com aceleração dos investimentos. Essa aceleração, impulsionada pelas importações de bens de capital e pela construção civil, evidencia as perspectivas favoráveis para a evolução da economia nos próximos trimestres, constituindo-se em fator relevante para o crescimento sustentado no médio e longo prazos.